



A PREFEITURA DE MASSAPÊ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5150301/2021

A **LOCALIZA RENT A CAR S/A**, inscrita no CNPJ sob o n.º 16.670.085/0001-55, com sede em Belo Horizonte/MG, Avenida Bernardo de Vasconcelos nº 377 – Cachoeirinha. CEP: 31.150-900, por seus representantes legais, vem, respeitosamente, apresentar:

IMPUGNAÇÃO

Pelas inclusas razões de fato e de direito a seguir expostas, as quais requer sejam recebidas e, depois de cumpridas as formalidades cabíveis, seja a presente conhecida e provida.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Cumpra observar, de início, que a abertura do certame ocorrerá dia 02/03/2021, portanto, considerando o prazo de até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura para impugnação ao edital, conforme Decreto 3555/2000 e Edital não há qualquer dúvida quanto à tempestividade da presente peça.

II. SÍNTESE DOS FATOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ publicou o Edital nº 5150301/2021, na modalidade Pregão Eletrônico, para LOCAÇÃO DE VEÍCULOS.

Enviamos impugnação referente o seguinte ponto:

- i. Restrição de participação pela composição da situação financeira;
- ii. Pagamento de multa de Trânsito, e;
- iii. Omissão quanto aos limites de cobertura do Seguro para terceiros;

É, pois, o que se passará a expor de forma pormenorizada.

III. DA COMPROVAÇÃO FINANCEIRA POR ÍNDICE

Antes de se entrar no mérito, diante da particularidade do objeto de locação de veículo, para uma análise aprimorada e aprofundada, a impugnante solicita que a Douta Comissão de Licitação não se sustente somente na legalidade da exigência combatida que sabidamente é legal e prevista na Lei de Licitações, contudo, visando à ampliação de empresas concorrentes, solicite parecer técnico contábil do Respeitoso Instituto na análise das informações aqui expostas.

A habilitação no procedimento licitatório tem a função bem clara e necessária de distinguir aqueles que têm condições de executar o pretendido contrato, daqueles que não possuem tal condição. Visa à fase de habilitação, por conseguinte, evitar que a Administração se



lance em aventuras incompatíveis com a característica de gestão do interesse público, em conformidade com a doutrina de Adilson Abreu Dalari¹:

“A Administração Pública não pode meter-se em contratações aventurosas; não é dado ao agente público arriscar a contratação em condições excepcionalmente vantajosas, pois ele tem o dever de zelar pela segurança e pela regularidade das ações administrativas.

A doutrina e a jurisprudência já firmaram entendimento no sentido de que, contrariamente ao que deve ocorrer na fase de habilitação, um exame efetuado na primeira parte da fase de classificação deve ser bastante amplo e rigoroso.”

Ocorre no item 6.1.2.4.1 edital, a fixação dos Índices maiores ou igual a 1, como maneira de comprovação para capacidade de atendimento e execução contratual, ou seja, adota a Prefeitura o cumprimento dos índices de liquidez como comprovação da boa situação financeira da empresa licitante, por profunda análise diante do princípio da economicidade e razoabilidade é considerada como restritiva e a ampliação das possibilidades habilitatórias é um aditamento ao procedimento licitatório com o alcance de um maior número de propostas e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de obtenção da melhor oferta.

Então, com base nesta realidade, a Impugnante menciona que pretende participar deste Pregão e demonstrará a seguir a necessidade de adequação do edital para ampla participação.

Considerando as demonstrações financeiras vigentes, a Localiza Rent a Car possui vários indicadores que comprovam a situação financeira e patrimonial da Companhia, dentre os quais podemos destacar duas linhas para análise:

1ª : PRERROGATIVA DE OUTRA COMPROVAÇÃO LEGAL

Destaca-se que compete ao Órgão Licitante a ampliação da disputa observando os preceitos e orientações legais, onde, não obstante, ressalta-se a possibilidade prevista no Parágrafo 2º e 3º ainda no Artigo 31 da mesma Lei, que possibilita estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo que não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Conforme o respeitoso Prof. Boselli², “A ampliação das possibilidades habilitatórias é um benefício ao procedimento licitatório, que logrará a obtenção de um maior número de propostas e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de obtenção da melhor oferta. Contudo, essa extensão deve ser adotada com responsabilidade e com os cuidados que requer o bom trato da Administração Pública”.

¹ DALARI, Adilson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 131.

² BOSELLI, Paulo. Simplificando as licitações. 2. ed. São Paulo: Edicta, 2002.



Ainda quanto a falta da prerrogativa do patrimônio líquido ou capital social para comprovação de liquidez em casos de índices inferiores a 1 vejamos o cenário econômico da impugnante para perfeita comprovação que não apresenta dificuldade econômica.

2ª: OUTROS INDICADORES ECONÔMICOS

Nesta oportunidade e, em suma, cumpre observar que o Índice de Liquidez Geral reflete a capacidade de pagamento pela empresa. Já o Patrimônio Líquido representa o investimento existente na empresa decorrente de aporte de capital de seus acionistas (ou sócios) e/ou lucro reinvestido, ou seja, é resultado existente entre o ativo e o passivo de uma sociedade.

Seguindo os apontamentos, destaca-se ainda que a Companhia possui alto reconhecimento de suas demonstrações contábeis e indicadores financeiros.

A Localiza possui diversos indicadores com o objetivo de avaliar a situação financeira e patrimonial da Companhia, dentre os quais podemos destacar dois: (i) EBITDA: utilizado para medir o próprio desempenho, sendo que alguns investidores, agências de rating e analistas financeiros utilizam o EBITDA como um indicador do desempenho operacional e do fluxo de caixa da Companhia. O EBITDA é o lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, despesas financeiras líquidas, despesas de depreciação e amortização; e (ii) Dívida líquida: indicador que melhor representa o endividamento real. A dívida líquida corresponde aos endividamentos de curto e longo prazos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa.

Abaixo apresentamos o EBITDA dos últimos 3 anos:

	(Valores em R\$ milhões)		
	2017	2016	2015
Lucro líquido	505,7	409,3	402,4
Imposto de renda e contribuição social	148,4	118,3	130,4
Despesas financeiras, líquidas (a)	315,0	243,6	202,7
One time costs	74,0	-	-
EBIT ajustado e EBIT	1.043,1	771,2	735,5
Depreciação de carros (b)	232,0	206,3	163,5
Depreciação e amortização de outros imobilizados e intangíveis (c)	39,1	38,2	35,8
EBITDA ajustado 3 e EBITDA	1.314,2	1.015,7	934,8

Dívida líquida: indicador que melhor representa o endividamento real. A dívida líquida corresponde aos endividamentos de curto e longo prazos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

³ O EBITDA corresponde ao lucro líquido ou prejuízo da Companhia, em bases consolidadas, relativo aos 12 últimos meses, antes: (i) do resultado financeiro; (ii) do imposto de renda e da contribuição social; e (iii) das despesas de depreciação e amortização. A fim de facilitar a comparabilidade dos resultados ora divulgados com os períodos anteriores, o EBITDA do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi ajustado pelos *one time costs*, que referem-se a custos e despesas não-recorrentes relacionados à aquisição da Car Rental Systems em 1º de setembro de 2017 e a integração de 20 agências franqueadas.

Abaixo apresentamos os dados dos últimos 3 anos da Companhia com relação à sua dívida líquida e os índices calculados com base nela:

(Valores em R\$ milhões)

	31/12/1 7	31/12/1 6	31/12/1 5
Endividamento de curto e longo prazos, líquido dos swaps classificados nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	6.478,6	3.776,3	2.973,7
Caixa e equivalentes de caixa	(1.338,2)	(1.692,3)	(1.385,1)
Aplicações financeiras	(1.275,7)	-	-
Dívida líquida	3.864,7	2.084,0	1.588,6
Patrimônio líquido	2.600,7	2.197,0	1.941,6
Índice de endividamento (dívida líquida / patrimônio líquido)	1,49	0,95	0,82
EBITDA ajustado e EBITDA	1.314,2	1.015,7	934,8
Dívida líquida / EBITDA ajustado e EBITDA	2,94	2,05	1,70
Valor da frota	7.038,1	4.623,6	3.642,7
Dívida líquida / valor da frota	0,55	0,45	0,44

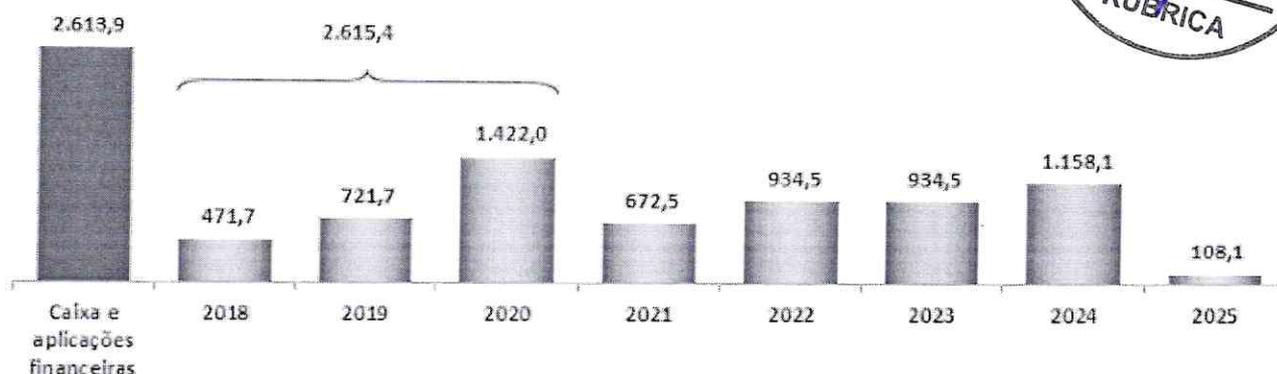
Verifica-se, portanto, que a relação dívida líquida pelo Patrimônio Líquido, EBITDA e valor da frota permanecem confortáveis ao longo dos últimos três anos devido à forte geração de caixa.

Destaca-se que a frota da Companhia, a qual representa 90,8% do total do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2017, é de fácil liquidez, visto que a Companhia possui estrutura própria para venda dos carros desativados, item destacado pelas principais agências de rating. Além disso, a maior parte da dívida tomada é usada para a compra de carros, ativo gerador de caixa para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, o perfil da dívida era bastante confortável, conforme se visualiza no gráfico a seguir, representado pelos valores de principal, não apresentando concentração de vencimento em nenhum período de vencimento da dívida. O saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 era mais que suficiente para liquidar as dívidas vencidas em 2018, 2019 e 2010.



Perfil de amortização da dívida em 31/12/17 - Principal (R\$ milhões)



A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos em caixa e equivalentes de caixa, com base no monitoramento contínuo da previsão dos fluxos de caixa e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Adicionalmente, a Diretoria acredita ter boas condições de acesso ao crédito, de prazos e custos, tendo em vista a solidez econômico-financeira e a alavancagem conservadora da Companhia, confirmada pelos seus ratings de crédito corporativo. A Localiza participa no Brasil do seletor grupo de empresas que receberam o Investment Grade pelas três principais agências de risco, o que comprova o baixo risco de crédito e de solvência da Localiza, conforme quadro abaixo:

<u>Agência de rating</u>	<u>Escala nacional (Brasil)</u>
Standard & Poor's	AAA(bra)/Estável
Moody's	Aa1.br/Estável
Fitch Ratings	AAA(bra)/Estável

Vantagens competitivas

A Companhia acredita ter vantagens competitivas frente a seus concorrentes em cada elo do processo de aluguel que se inicia na captação de recursos, seguida da compra dos carros que são alocados nas Divisões de Aluguel de Carros e de Gestão de Frotas, e se encerra com a venda dos carros desativados após o uso, viabilizando a geração de caixa para renovação da frota.

Captação de recursos: Os ratings da Companhia pelas principais agências de rating (Moody's, Standard & Poor's e Fitch Ratings) são os melhores do setor, permitindo a captação de recursos em melhores condições, tanto em prazos quanto em custos.

Compra de carros: A Companhia é uma das maiores compradoras de carros produzidos pelas principais montadoras do Brasil. A escala dos negócios propicia melhor negociação na aquisição de carros. A compra de grandes lotes de carros para atender às necessidades da Divisão de Aluguel de Carros, da Divisão de Gestão de Frotas e dos franqueados representou, aproximadamente, 8,4% das vendas das principais montadoras do Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Aluguel de Carros e Gestão de Frotas: A marca reconhecida, o know-how do mercado de aluguel, a plataforma integrada de negócios, a diluição das despesas administrativas pelo uso de uma estrutura única de administração aplicada a todas as Divisões de negócios, a possibilidade de cross selling entre as Divisões e a distribuição geográfica representada por uma rede de agências maior



que a do segundo e terceiro competidores somados representam diferenciais competitivos da Companhia.

Venda dos carros desativados para renovação da frota: Como resultado da constante necessidade de renovação da frota, a Companhia possui uma estrutura de venda dos carros desativados que permite a redução dos custos de intermediação pela venda de carros. Pouco menos da metade dos carros é vendida a consumidores finais. Além disso, esta estrutura fornece informações acerca do mercado de carros que possibilita maior precisão na compra de carros, na estimativa do seu valor residual e, por consequência, na precificação do Aluguel de Carros e da Gestão de Frotas.

Tecnologia de ponta e sistemas inovadores: A Companhia faz substanciais investimentos em tecnologia da informação para desenvolvimento e manutenção de um sistema de operação de Aluguel de Carros e de Gestão de Frotas. A rede de telecomunicações da Companhia permite o tráfego de voz e dados com alta tecnologia, proporcionando um gerenciamento de informações de qualidade, com agilidade e online. Isto representa melhores controles e segurança na tomada de decisões. Além disso, a Companhia oferece acesso via web e smartphone, através do qual o cliente pode fazer reservas e consultar todo o histórico de relacionamento.

Então, com base nesta realidade, a Impugnante menciona que pretende participar deste Pregão e adianta que seus números contábeis não atendem a exigência do que estipula o acima referido item 6.1.2.4.1 do edital quanto ao "Índice de Liquidez Geral" maior que 1.

Assim, consideradas as ponderações acima, é imperioso que se reconheça que a exigência ora impugnada, reflete especificamente item 6.1.2.4.1 do edital quanto ao "Índice de Liquidez Geral" constitui, para o objeto a ser contratado, uma imposição, se mantida afastará empresas tradicionais e idôneas. O critério contábil assim definido constitui, com o devido respeito, uma restrição por parte desta D. Comissão, ao prever o cumprimento de ambas as condições que deveriam ser paralelas.

Como sobejamente sabido, é certo e evidente que a Administração Pública não se admite os excessos que, por dispensáveis, podem afastar do certame, por meras filigranas, concorrentes de valor, que podem propiciar a Câmara, fazer o melhor contrato.

Pretende participar em tais condições e ter sua proposta recebida e submetida ao concurso junto às demais que venham a ser apresentadas. Sua participação nestas condições em nada prejudica os interesses desta Entidade, bem assim não prejudica a competitividade, mas, antes o contrário, os prestigia, eis que poderá ter condições de contratar em condição econômica mais benéfica para si, SEM QUALQUER PREJUÍZO TÉCNICO ou FINANCEIRO.

Ora, em face de tais colocações, é evidente que, considerados os imperativos legais existentes em matéria de licitações, a permanência desta exigência, contida no acima apontado item do Edital ora impugnado não pode acontecer. A Câmara deve reconhecer que, há excesso nos critérios por ela adotados para a comprovação da capacidade técnica das proponentes.

IV. DA RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DAS MULTAS POR INFRAÇÃO E TRÂNSITO DIRETAMENTE AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO REGULADOR

Constitui previsão da Resolução nº 108/1999 do CONTRAN e o Código de Trânsito Brasileiro estabelecem que o proprietário será sempre o responsável pelos pagamentos da penalidade de multa, não possibilitando dessa forma que o pagamento seja realizado pelo possuidor do veículo:



RESOLUÇÃO nº 108/1999 - CONTRAN

Art.1º Fica estabelecido que o proprietário do veículo será sempre responsável pelo pagamento da penalidade de multa, independente da infração cometida, até mesmo quando o condutor for indicado como condutor-infrator nos termos da lei, não devendo ser registrado ou licenciado o veículo sem que o seu proprietário efetue o pagamento do débito de multas, excetuando-se as infrações resultantes de excesso de peso que obedecem ao determinado no art. 257 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro.

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Art. 282. Aplicada a penalidade, será expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil, que assegure a ciência da imposição da penalidade.

§ 3º Sempre que a penalidade de multa for imposta a condutor, à exceção daquela de que trata o § 1º do art. 259, a notificação será encaminhada ao proprietário do veículo, responsável pelo seu pagamento.

Tendo em vista que a legitimidade é exclusiva do proprietário do carro, eventuais pagamentos realizados diretamente pela Assembleia constitui risco de não serem reconhecidos pelo mesmo, conforme já vivenciado pela ora impugnante.

É válido resaltar também que uma das obrigações de uma locadora de veículos é manter os carros devidamente regulares, não sendo passível aguardar que o cliente efetue o pagamento das multas incorrendo em risco de eventualmente pagamento fora do prazo e o documento do carro não ser liberado em decorrência dessa pendência, prejudicando o próprio cliente.

A responsabilidade pelas multas por infração de trânsito realmente é do Órgão, inclusive quanto ao pagamento, porém frente a sua ilegitimidade o mesmo não pode ser realizado diretamente ao Órgão de Trânsito, mas sim, por meio de reembolso à locadora, proprietária dos carros locados, não retirando a possibilidade de devolução de valores reembolsados caso eventual recurso apresentado seja deferido.

Atuar de forma divergente contraria os princípios da legalidade e razoabilidade, além de afastar a ampla competitividade, uma vez que as locadoras podem não participar do certame para afastar o risco de ter problemas com relação a regularização dos veículos.

V. DAS OMISSÕES QUE IMPACTAM A PROPOSTA COMERCIAL A SER APRESENTADA PELAS LICITANTES: omissão dos limites do seguro

A Lei 8666/93 que regulamenta os processos licitatórios determina quais cláusulas devem contar obrigatoriamente em todo Edital:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;



XIV - condições de pagamento, prevendo:

- a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela;
- b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
- c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento;
- d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;
- e) exigência de seguros, quando for o caso;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

Ocorre que no Edital em seus anexos não prevê o limite da cobertura de seguro para os danos causados a terceiros, contrariando as regras da SUSEP:

CIRCULAR SUSEP No 269, de 30 de setembro de 2004:

Art. 2º Deverão constar, das condições contratuais, glossário com as definições dos termos técnicos utilizados no contrato, observando-se em função da estrutura de cada produto, NO MÍNIMO, as seguintes definições: valor de mercado referenciado ou valor determinado, apólice, avaria, aviso de sinistro, beneficiário, bônus, endosso, franquia, prêmio, proposta, salvados, segurado, seguradora, sinistro, vistoria prévia, regulação de sinistro, indenização integral e limite máximo de garantia ou limite máximo de indenização (LMI), além do questionário de avaliação de risco.

Art. 4º As sociedades seguradoras, que comercializarem apólices de seguro de automóveis, podem oferecer ao segurado, quando da apresentação da proposta, a cobertura de “valor de mercado referenciado” e/ou de “valor determinado”.

Art. 15. Além das informações previstas em normativos específicos, a proposta e a apólice do seguro de que trata a presente Circular deverão conter, ainda, os seguintes dados:

- I – identificação do bem segurado;
- II – o valor atribuído ao bem, na modalidade de seguro “valor determinado”;
- III – indicação da tabela de referência e da tabela substituta, bem como seus respectivos veículos de publicação;
- IV – indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado;
- V – prêmios discriminados por cobertura;
- VI – limites de indenização por cobertura;
- VII – franquias aplicáveis;
- VIII – bônus, quando houver; e
- IX – respostas ao questionário de avaliação de risco, quando houver.

De forma equivocada define-se que na ausência de limite de cobertura definido o que exceder à cobertura contratada por meio de Seguradora deverá ser arcado pela locadora, ocorre, porém, que tal conduta constitui ato contra o Sistema Financeiro Nacional, tendo em vista que somente seguradoras podem oferecer cobertura de danos aos carros e a terceiros. Portanto, se a locadora oferece cobertura própria atua irregularmente como instituição financeira:

LEI No 7.492, DE 16 DE JUNHO DE 1986:

Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória,



cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira:

I - a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros;

II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 16. Fazer operar, sem a devida autorização, ou com autorização obtida mediante declaração falsa, instituição financeira, inclusive de distribuição de valores mobiliários ou de câmbio.

Verifica-se, portanto, que a omissão editalícia fere o princípio da legalidade, basilar dos processos licitatórios.

Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Lei 8666/93

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Decreto 5450/2005

A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Lei 9.784/99

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

Além de contrariar o princípio da legalidade, eventuais omissões prejudicam a segurança jurídica e podem onerar a Administração uma vez que eventual custo pode não ser englobado na proposta comercial apresentada pelo licitante vencedor. O Superior Tribunal de Justiça já julgou sobre o tema:



RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EXECUÇÃO JUDICIAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. DÍVIDAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO NO EDITAL DE PRAÇA. RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE. IMPOSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL CARACTERIZADO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Na alienação judicial, o edital da praça, expedido pelo juízo competente, deve conter todas as informações e condições relevantes para o pleno conhecimento dos interessados, em obediência à segurança jurídica, à lealdade processual e à proteção e confiança inerentes aos atos judiciais.
2. No caso em liça, houve falha, reconhecida pelo eg. Tribunal de Justiça, na confecção do edital de leilão cuja consequência não pode pesar senão contra o exequente, que foi desidioso ou agiu de má-fé ao anuir com os termos omissos do edital, quando na verdade pretendia muito mais.
3. Não havendo previsão no edital, os débitos condominiais anteriores não são de responsabilidade do arrematante, ora recorrente.
4. Configurado o dissenso pretoriano, deve ser reformado o v. acórdão estadual para se adequar à jurisprudência desta Corte.
5. Recurso especial provido.

(REsp. 1456150/RJ RECURSO ESPECIAL 2014/ 0124038-4)

Válido ressaltar que omissões podem dar ensejar prorrogação ao prazo para início de etapas de execução, conclusão e entrega:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

VI. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Por todo o exposto, ante a ameaça de violação do princípio da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa conclui-se que se faz necessário incluir e/ou ajustar as condições equivocadas com:

- (i) Que seja possibilitado a todos os Proponentes e, inclusive a ora Impugnante, a comprovação da capacidade econômico-financeira para o cumprimento do objeto do certame com base no Patrimônio Líquido não de forma conjunto, mas sim conforme determina a Lei de Licitações, que seja de forma a suprir o não atendimento aos Índices como forma de ampliar a disputa, cientificando-se os interessados desta adequação; tal providência não fere o princípio da competitividade e possibilitará a participação da Impugnante e das demais empresas que estejam em mesmas condições neste certame, todas em condições de igualdade, cada qual oferecendo seus serviços. Determinar ainda a republicação do Edital em epígrafe, abrindo-se novo processo licitatório, com a reforma e adequação ora requeridas;
- (ii) Inclusão da possibilidade de pagamento das multas por infração de trânsito por meio de reembolso à locadora, e;

(iii) Inclua os limites do seguro. Salientamos que esta locadora apresenta os limites, que estão dentre os praticados pelo mercado, que são: R\$ 50.000,00 para danos materiais a terceiros, R\$ 100.000,00 para danos corporais a terceiros e R\$ 5.000,00 para danos morais a terceiros.

Caso não seja esse o entendimento desta douta Comissão Permanente de Licitação, requer a remessa dos autos à autoridade superior, para conhecimento e acolhimento do presente apelo, tendo em vista o que acima se expõe.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 05 de março de 2021

Natalia Rosa Pinheiro

LOCALIZA RENT A CAR S/A
natalia.pinheiro@localiza.com
(31) 32477544

16.670.085/0001-55
LOCALIZA RENT A CAR S/A.
AV. BERNARDO VASCONCELOS, 377
B. CACHOEIRINHA - CEP 31.150-000
BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS

